

Paulo Henrique Martinez*

GENTE POBRE, GENTE RICA NAS FLORESTAS DA AMAZÔNIA

Resumo: A diversidade de relações sociais na região amazônica responde pela complexidade que idéias generalizantes e simplificadoras ocultam na compreensão de sua História Ambiental. A historiografia recente sobre o norte do Brasil mostra que esta diversidade não pode ser negligenciada, sob o risco de perpetuar estereótipos e reproduzir no senso comum aspectos sociais e econômicos que, muitas vezes, estão na base de ações, projetos e valores culturais que movem a destruição do meio ambiente, a fragilidade da cidadania e as incertezas de futuro que pairam sobre a Amazônia no século XXI.

Palavras-chave: Amazônia; História Ambiental; Historiografia.

Abstract: The diversity of social relations in the Amazon region is responsible for the complexity that generalized and simplified ideas conceal in the understanding of its Environmental History. Recent historiography on the North of Brazil shows that this diversity is not to be neglected, under the risk of perpetuating stereotypes and reproducing in common sense social and economic aspects that often lie at the basis of cultural actions, projects and values that push the destruction of the environment, the fragility of citizenship and the uncertainties about the future that hover over the Amazon in the 21st century.

Keywords: the Amazonia, Environmental History, Historiography.

Aos olhos dos historiadores não deixa de impressionar o predomínio de autores, estudos e livros estrangeiros dedicados aos temas amazônicos. O contraste com a produção nacional é grande, notadamente em termos quantitativos. É compreensível, quando atentamos para alguns traços gerais que dão corpo a esta situação. A região amazônica converteu-se em uma espécie de esquina do mundo para a qual convergem as atenções de políticas públicas, da comunidade científica, dos interesses econômicos, de entidades multilaterais, das Nações Unidas, da mídia e dos movimentos sociais. A biodiversidade, os recursos hídricos, a presença indígena, as riquezas naturais do solo e subsolo, o potencial energético, as unidades de conservação, a violência nos conflitos

* Professor no Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Unesp - Universidade Estadual Paulista. Email: kosmoseclio@uol.com.br

sociais são alguns dos elementos regionais que catalisam a curiosidade, o imaginário e a fantasia, inspiram comportamentos e atitudes diante da realidade amazônica, que, pela geografia política, é também multinacional, sul-americana.

Instituições culturais e universitárias, como a Fundação Konrad Adenauer, o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, e o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, entre outras, promoveram análises coletivas e multidisciplinares. Surgiram publicações, já em 2001, com o número 4 dos Cadernos Adenauer - *Amazônia: avança o Brasil?* -, o livro *Amazônia: cenas e cenários*, com estudos de investigadores aglutinados em seminário pelo CDS/UnB, de 2004, e dois dossiês sobre a Amazônia brasileira, publicados pela revista *Estudos Avançados*, em 2005. É sintomático que o novo século tenha iniciado com um leque abrangente de temas, instituições e pesquisadores interessados na Amazônia.

Os historiadores também comparecem com obras coletivas de sua disciplina, que saíram a público procurando apreender e reunir os sentidos, trajetões e rumos dos estudos históricos sobre a região, além de inúmeros artigos temáticos e monográficos em revistas, teses de doutoramento e dissertações de mestrado. *Os senhores dos rios* (2003) e *Faces da história da Amazônia* (2006) são livros que agruparam pesquisas realizadas em instituições e por profissionais dos estados da região norte do Brasil, ao lado de autores nacionais e estrangeiros.

A intensificação da presença humana e da exploração econômica em escala mercantil desde o último quartel do século XIX dinamizou a circulação e estimulou aglomerações humanas nas principais calhas da bacia amazônica, sobretudo o rio Amazonas, e a urbanização em Manaus, Santarém e Belém. A borracha e o cacau puxaram a fila do bombeamento de produtos florestais tropicais. O programa “Marcha para oeste”, lançado pelo presidente Getúlio Vargas, em 1940, prolongou a vida do extrativismo nas bases em que ele havia florescido e, a partir de então, alimentou as arengas de um esforço de guerra, do planejamento e desenvolvimento econômico nacional, do Brasil potência e de um “novo ciclo de desenvolvimento” com distribuição de renda.

Na década de 1960, houve expansão da ocupação territorial, da transposição demográfica e mercantil no sentido sul-norte, com a abertura de rodovias e a colonização induzida ou espontânea. A ação do Estado procurou estimular a agricultura, mineração, energia, indústria e comércio, com incentivos financeiros e fiscais, abrindo um histórico de penetração terrestre e de investimento de capital na produção de bens e

mercadorias na Amazônia brasileira. Este processo de acumulação capitalista, recente, somava-se ao da circulação secular operada no leque fluvial de drenagem, em sentido oeste-leste, da grande bacia hidrográfica, seus propulsores e efeitos tendo sido examinado já na década de 1970, em análises de Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller. Os novos padrões de uso e ocupação dos solos respondem, em larga medida, pelos conhecidos impactos socioambientais, incessantemente multiplicados, que povoam o imaginário e o cotidiano da vida social amazônica nos dias de hoje.

O incremento de conflitos sociais, da alteração nos ecossistemas, da economia monetária, da urbanização e do crescimento demográfico distingue os últimos cinquenta anos da região. A lenta constituição e tímidos investimentos em instituições científicas e culturais nos diversos estados e cidades amazônicas e a consolidação de sistemas de pós-graduação em universidades do centro-sul do Brasil, ao longo da década de 1970, e na própria região, na de 1990, ajudam a entender o caráter recente das pesquisas e publicações sistemáticas brasileiras sobre a realidade biofísica e social da Amazônia. Esta trajetória não desqualifica em nada o acervo de conhecimentos elaborado, desde a colonização portuguesa, pelo pensamento ilustrado e os inventários dos naturalistas, os estudos técnicos, os textos ensaísticos e literários da e sobre a Amazônia brasileira. Os escritos de João Daniel. Alexandre Rodrigues Ferreira, Spix e Martius, Henry Bates, Alfred Russel Wallace, Tavares Bastos, Inglês de Souza, Euclides da Cunha, José Veríssimo, Arthur César Ferreira Reis, entre outros, constituem fontes de informação e contêm apreciações críticas estimulantes e úteis aos estudiosos da vida social e da história. Priscila Faulhaber argumenta que a região nunca viveu “em absoluto vazio cultural”, mas sofreu o isolamento e a privação de recursos para as pesquisas científicas. É preciso demarcar o momento que se abriu na pesquisa e no conhecimento da região, não a sua inexistência em períodos anteriores, e que responde pela ampliação do interesse despertado e estimulado na comunidade científica, universitária e cultural no Brasil, dedicada aos diversos aspectos da realidade do norte do país. Os resultados deste esforço têm alimentado em escala crescente a bibliografia especializada, a divulgação científica, a economia, a ação governamental, as políticas públicas, a expressão artística e o desenvolvimento humano.

Uma historiografia em movimento

Nos último três anos, encontramos vários livros que sugerem pontos de partida para conhecer como a dimensão histórica põe em relevo as relações sociais e com a natureza naquela porção do Brasil, entre os meados do século XVI e o XXI. A diversidade de grupos humanos – cientistas, indígenas, industriais, escravos e seus descendentes, migrantes do nordeste e do sul, seringueiros –, diferentes formas de interação coletiva e de ação antrópica, oferecem um quadro elucidativo da complexidade da presença humana na bacia amazônica e os intercâmbios culturais e econômicos que nutriu e experimentou ao longo de duzentos anos. Em inúmeras questões referentes à organização dos espaços, de atividades econômicas, da mobilização de força de trabalho e de contingentes populacionais, das práticas das ciências, várias autoras e autores perpassam os grandes problemas na formação do território e das hierarquias sociais em solos e rios amazônicos.

Em 2008, três lançamentos merecem destaque. O livro de Laurent Vidal, *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico* sugere o estudo dos tempos da vida cotidiana associados aos espaços de espera, o imaginário do trânsito e do deslocamento forçado de pessoas, dado a multiplicidade histórica de experiências sociais que desafiam as investigações sobre o passado. Vidal faz soar o alerta de Marc Bloch para as inúmeras possibilidades de manifestação e de apreensão do tempo histórico. Em *Mais borracha para a vitória*, organizado por Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Costa, a “batalha da borracha” é examinada em cinco capítulos que têm no material de propaganda para o recrutamento de trabalhadores no Ceará o principal núcleo de fontes e documentos. A atração de mão-de-obra para a Amazônia nos coloca, também aqui, diante das populações deslocadas. Por fim, o diálogo entre a História e a Antropologia anima o livro de Aldrin Moura de Figueiredo, *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950*. O estudo das formas de religiosidade popular permite conhecer o cotidiano das camadas populares, ambigüidades sociais, notadamente no mundo urbano, e a ação de homens de letras e de ciências, de fins do século XIX até meados do seguinte. O momento de projeção da Amazônia, em confronto com demais partes do Brasil e de inserção na economia mundial, foi também o de definição de campos de saber sobre a região, como a medicina, o direito, a literatura, a etnografia e o folclore.

A publicação do estudo de Maria Fátima Roberto Machado nos proporciona um amplo levantamento de dados e informações sobre a atuação das instituições federais no processo de colonização da Amazônia sob a ditadura militar, as vicissitudes da institucionalização da Antropologia e a persistência de profissionais e do público envolvido nas ações-fim do Museu Rondon na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) até os dias de hoje. O livro, *Museu Rondon: Antropologia e indigenismo na Universidade da Selva*, resultado do programa de Pós-Doutorado da autora no Museu Nacional, é de 2009. Nele encontramos pessoas em trânsito e a proposta de uma cidade científica, laboratório de experimentos educacionais, estudos sociológicos e de preservação do meio ambiente. As contradições vividas no seio da UFMT tocam as perspectivas de trabalho da História Ambiental de forma esclarecedora, conforme procurou demonstrar o exame de algumas questões nas linhas que se seguem.

João Meirelles Filho é o autor de *Grandes expedições científicas à Amazônia brasileira (1500-1930)*, publicado em 2009. O espírito de divulgação erudita, com muitas informações e distintiva qualidade gráfica, não deve afastar o interesse dos historiadores. Ela sugere uma continuidade que necessita ser contemplada no estudo da Amazônia, para além daquela da sedução e do deslocamento de indivíduos e expedições em busca de riquezas, mão-de-obra, aventuras e revelações no interior da floresta. Trata-se do desejo e da necessidade de conhecer este universo geográfico, aquático, zoológico, vegetal e indígena, desde os primeiros passos da presença europeia nos trópicos sul-americanos até os dias de hoje, de que é testemunha a própria edição do referido volume. O seu caráter informativo nos proporciona abrangente panorama sobre as iniciativas para melhor conhecer a Amazônia, com fartura de dados, textos concisos e beleza iconográfica.

Em 2010, Greg Grandin reconstituiu a adoção da monocultura de seringueiras no vale do Tapajós, destinada ao fornecimento de matéria-prima em padrão e escala industrial, entre 1928 e 1945, em *Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. O foco analítico recai sobre esta cidade de empresa que deveria encarnar no coração da América do Sul um projeto de vida comunitária, afiançado pela tecnologia dos motores da indústria automobilística norte-americana. A posteridade da vinda do mundo Ford foi a disseminação da destruição ambiental e a barbárie social, negadoras de ideais que sustentaram o projeto missionário na Fordlândia e em Belterra, a compatibilização entre indústria e economia rural, campos da experimentação

sociológica que sucedeu ao fiasco empresarial da produção de borracha na cidade da empresa.

Na ponta deste percurso temporal esta a síntese-negadora do último meio século, a biografia de Marina Silva, lançada em meados de 2010, antevéspera das eleições presidenciais no Brasil. Originária de família pobre, de cearenses que migraram seduzidos pelo eldorado gomífero, instalada nos seringais do Acre, dali partiu a jovem em busca de estudo e caminho na vida, em direção ao catolicismo militante. Galgou a educação básica e a universidade, integrou a política sindical, partidária e nas comunidades eclesiais de base da igreja que encarnara a Teologia da Libertação. Escrita por Marília de Camargo César, *Marina, a vida por uma causa*, percorre os cinquenta e dois anos desta liderança política, parlamentar atuante e ministra do Meio Ambiente no governo Lula até a sua candidatura ao governo do Brasil pelo Partido Verde.

Estes livros formam um conjunto peculiar, não apenas pela originalidade das fontes e das interpretações contidas nestes volumes que aguçam o interesse dos historiadores. Os documentos que comparecem nas obras mencionadas são administrativos, no estudo de Laurent Vidal, iconográficos, textuais e de natureza publicitária, no volume coletivo de Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Costa, da imprensa e da literatura folclórica em *A cidade dos encantados*, testemunhos orais, memórias, iconografia, acervos institucionais – relatórios, catálogos, boletins, cadernos, artigos – nos capítulos de Maria Fátima Roberto Machado, bibliográficos e iconográficos, na compilação realizada por João Meirelles Filho, do arquivo de empresas, jornais, memórias e relatos pessoais, na pesquisa de Greg Grandin, registros orais, na imprensa e do parlamento na biografia de Marília de Camargo César.

Há também rica variedade nas dimensões temporais, enriquecedora de perspectivas de análises que se queiram fazer sobre a sociedade e a natureza e suas múltiplas formas de interação e de expressão na Amazônia brasileira. A leitura destes livros nos conduz por diferentes temporalidades enlaçadas em extenso arco cronológico, de meados do século XVI ao século XXI. O *tempo longo* das expedições científicas naquela região, a *longa duração* dos embates entre colonizadores e populações locais em disputa pela terra, as *conjunturas* específicas da economia extrativa da borracha e da colonização induzida sob os governos militares, o tempo breve da vida do indivíduo, intenso e agitado da política, até o “grão do acontecimento”, sem par nestas matas, da transferência para a colônia portuguesa na América da secular fortaleza no Atlântico norte africano de Mazagão, sob o reformismo ilustrado luso-brasileiro. A abrangência

espacial também precisa lembrada, uma vez que foram investigadas situações concretas em áreas dos atuais estados do Pará, Mato Grosso, Amapá, Acre, o conjunto do vale amazônico, além do Ceará.

Uma questão, desde logo, é recorrente e nos interroga. A força das características naturais e sociais regionais amolece conceitos, instituições e relações humanas transplantadas para a ocupação territorial, o adensamento demográfico, as atividades econômicas e as políticas públicas na Amazônia?

Sonhos de cidade

As experiências urbanas na organização e no controle do espaço e da sociedade, examinadas em Nova Mazagão, Fordlândia e a proposta da cidade Humboldt, da UFMT, respectivamente, cidade-colonial, cidade-empresa, cidade-científica, guardam paralelos e semelhanças que são instrutivas aos estudiosos da História Ambiental da Amazônia, em distintas abordagens, pois fazem pensar sobre essas cidades idealizadas e o seu pronto esboroamento, sob ditames biofísicos e culturais nesta ampla área de rios e florestas. A observação de algumas características em cada uma delas auxilia na compreensão de seus significados e do contexto em que ocorreram aquelas experiências.

Estas cidades diferem muito uma das outras. Primeiro, na idade. Nova Mazagão foi instalada entre 1769 e 1783, a Fordlândia, em 1928, mas não logrou completar vinte anos de existência, e a cidade Humboldt foi planejada e iniciada na primeira metade da década de 1970, mas teve o ciclo de vida mais curto de todas elas, sequer chegou a constituir-se como idealizada. Quanto às suas estruturas as diferenças também são notórias. Uma cidade colonial destinada a ser ponto de ocupação e proteção territorial na margem setentrional do vale do Amazonas, abastecida pela agricultura local e o comércio colonial, sobretudo mediante o cultivo e a exportação do arroz. A Fordlândia nascera sob o signo da empresa de seu mentor e criador, dedicada à produção de borracha e madeira para a indústria automobilística norte-americana. A instalação da cidade-laboratório da UFMT, distante oitocentos quilômetros da capital, ao norte de Cuiabá, próxima de Aripuanã, previa o aporte de ciência e tecnologia na colonização da Amazônia mediante o aproveitamento planejado dos recursos naturais e o convívio com as populações indígenas. Esta cidade científica deveria compatibilizar a colonização com a preservação do meio ambiente, constituindo-se em projeto piloto no atendimento das recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano,

realizada em Estocolmo, em 1972. Em meados daquela década o estrangulamento financeiro já havia sepultado o projeto da nova cidade amazônica (MACHADO: 31-41).

Os habitantes destas cidades abstratamente programadas, remodeladas quando expostas ao sol, o calor e as chuvas da zona equatorial, também possui grande heterogeneidade. Em Nova Mazagão tiveram que conviver portugueses de distintas partes do Império lusitano, do reino, das ilhas atlânticas, da fortaleza africana, aqueles assentados na América e seus descendentes, os mazombos, mouros e escravos trazidos da África, ao lado dos indígenas da Amazônia. Na Fordlândia, pálidos norte-americanos moviam-se entre a massa de caboclos dourados pelo sol, suor e mestiçagens ancestrais, também podiam ser encontrados ali sírios e libaneses. Humboldt deveria promover a convivência entre populações indígenas locais, a elite mato-grossense, os sulistas e paulistas que pressionavam pessoas e árvores a fim de apropriarem-se das terras que ocupavam. A criação do Parque Indígena Aripuanã era a garantia de que as terras indígenas não seriam esbulhadas pela voracidade econômica e o preconceito social. A medida não alcançou êxito, sofrendo seguidos desmembramentos, invasões e o corte de sua área original por uma rodovia em menos de dez anos de existência (MACHADO: 78-80).

Hospedeiras de ideais, o cotidiano dos habitantes destas cidades foi assolado por sonhos e fantasias dos criadores destes espaços destinados à urbanização, gestados ao longo dos séculos XVIII e XX. A cidade colonial portuguesa deveria servir à segurança da colônia e conversão dos povos nativos ao culto católico e ao trabalho sistemático. Na Fordlândia a crença no reino encantado da tecnologia industrial e do sanitarismo foi tão forte que suplantou o projeto econômico inicial, adquirindo tons de experimento social. Os ideais presentes na fundação da UFMT para humanizar a colonização da Amazônia pelo exemplo do estado do Mato Grosso, assentando novos contingentes demográficos, sem destruir a floresta e sem eliminar física e culturalmente os povos indígenas, ganhavam vigor na autodenominação da instituição, a “Universidade da Selva”.

No âmbito do trabalho concreto realizado nestas cidades predominaram o artesanato e os serviços indígenas, como cerâmica, transporte, técnicas construtivas e extrativismo, o braço negro na lavoura e a argúcia lusitana no comércio, na administração civil e militar de Nova Mazagão. Estas atividades ali conviveram de forma nada harmoniosa durante os anos de sua construção e vida urbana embrionária. O trabalho assalariado e livre de constrições de crédito e de locomoção não foi suficiente para sanar a crise constante de mão-de-obra vivida na Fordlândia. Gozando desta

autonomia e do dinheiro vivo no bolso, caboclos recorriam ao empreendimento norte-americano em momentos e épocas condizentes com seus interesses e necessidades pessoais e não aquelas dos empregadores. Abnegados ou não, funcionários técnico-administrativos, professores e estudantes da UFMT, tiveram que enfrentar as mazelas do confronto dos novos ideais urbanos para a Amazônia com a indisposição e o conservadorismo sólida e confortavelmente instalados na jovem universidade federal, na consecução de seus objetivos profissionais. Notadamente, a instauração de uma Antropologia universitária padeceu os limites de sua institucionalização naquela universidade surgida no princípio da década de 1970. A dispersão de esforços e a fragilidade de condições institucionais respondiam pelas aulas em diversificados cursos de Graduação, administração e manutenção cultural do Museu Rondon, de caráter etnográfico, a prática de pesquisa e formação de novas gerações de profissionais e a tardia criação do departamento de Antropologia, em 1991.

As dimensões de espaço e tempo nestas cidades concebidas pela razão revelam fins claros e utilitários na origem de cada uma delas. Foi a geopolítica do Império português que, atenta aos riscos da presença e os interesses europeus na margem norte do rio Amazonas, deslocou para lá a fortaleza de Mazagão, convertendo-a em iniciativa de colonização e defesa, com amparo do comércio colonial. A iniciativa inscreve-se no conjunto de medidas do reformismo ilustrado luso-brasileiro em busca do fortalecimento da monarquia portuguesa, da guarda das suas possessões ultramarinas e o incremento econômico em Portugal. O impacto desta ação política no cotidiano e na vida dos mazaganenses foi caracterizado, por Laurent Vidal, como um tempo de espera e de expectativa, distinto e singular, com indícios perceptíveis na redefinição de identidades sociais destes novos colonos.

A organização do espaço agroindustrial projetado para a Fordlândia era destinada ao abastecimento de insumos primários – borracha e madeira – para o setor de ponta da economia norte-americana. Aqui o tempo também asila expectativas na plantação, produção e urbanização da área concedida às empresas Ford. O término da conjuntura econômica do entre guerras e do conflito mundial selou a sorte dos habitantes no vale do rio Tapajós, no Pará. A redenção social e econômica não ocorreu e as seqüelas deixadas pelo malogro do projeto alimentam, ainda hoje, segundo Greg Grandin, a espera de novas atenções para a região. Um tempo de espera marca o cotidiano de caboclos e ribeirinhos, enquanto muitos acreditam na vinda de um novo Henry Ford que altere, a partir de fora, um quadro de iniquidades do passado e do presente.

A cidade científica projetada na universidade como modelo de urbanização e economia planejada nas frentes de ocupação na região amazônica não medrou. Estrangulada orçamentária e politicamente, a intervenção científica na colonização da Amazônia foi fugaz como o tempo breve da política do governo federal que a patrocinava para distração das críticas na opinião pública e na imprensa internacional.

A expansão da economia mercantil nas diferentes áreas amazônicas se fez acompanhar da contração do tempo nos ritmos históricos desta ocupação. É recorrente o desconhecimento, o alheamento e a indiferença dos sujeitos históricos que capitanearam este processo sócio-econômico para com os significados dos elementos biofísicos na região, presentes nos diferentes tempos e espaços examinados pelos autores. Vistas comparativamente também as análises que estes desenvolveram nos mostram metamorfoses que tais projetos urbanos conheceram ao iniciar a sua implantação em solo amazônico. Rapidamente estas cidades foram afetadas pelas condições reinantes nos lugares em que foram semeadas. Despontam tensões entre o projeto urbano e social e as mediações requeridas com a realidade da gente e da natureza naquelas plagas. Em Nova Mazagão e na Fordlândia o confronto entre a ordem, embutida nas intenções econômicas, militares e urbanas, foi soterrada pela aparente desordem da floresta. Na cidade Humboldt, porém, a ordem econômica instaura-se triunfante às custas do desordenamento dos ecossistemas, da vida comunitária dos povos indígenas, do caos social disseminado a partir de garimpos, serrarias, estradas, apropriação e grilagem de terras de posseiros e sitiantes, anárquicos adensamentos demográficos, entre outros aspectos do cotidiano sob o “milagre econômico” da ditadura militar no Brasil. As atenções à realidade local não transpuseram proclamações formais e com objetivos publicitários. A realidade local dos habitantes, dos rios e das florestas não foi ignorada, antes, foi desconsiderada e desprezada, ante a superioridade técnica, a força instauradora e destrutiva do capital.

O intrincado cipoal destas situações históricas, examinadas pelos autores com aparato crítico de fontes e documentação, historiografia e apuro analítico, deu origem a outras identidades sociais, reconvertendo-as em novas sínteses sociais. O caso de Mazagão é o mais emblemático. A cidade portuguesa instalada no interior da selva, procedente da costa ocidental da África, transmuta-se em comunidade afro-amazônica, de negros escravizados e alforriados, ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do seguinte. Esta nova face étnica e cultural, o rebento da desagregação da ordem social escravista e da nova sociedade de classes, alimenta

manifestações religiosas cheias de sincretismo e devoção popular que, tendo atravessado o século XX, encontram-se sob ameaças de folclorização pelas políticas públicas de patrimônio e de memória coletiva. Uma vez mais, o imaginário e as deliberações políticas proclamadas alhures incidem sobre os espaços e os tempos de vida das populações da Amazônia. As situações examinadas por Aldrin Moura de Figueiredo, em torno das manifestações religiosas no Pará, apontam para a mesma linha de mudança, uma africanização da Amazônia, em mestiçagens culturais bastante singulares e heterogêneas na primeira metade do século XX. Estas foram implacavelmente rastreadas pelos estudos dos folcloristas.

Na Fordlândia, a sedução de converter as ruínas dos sonhos do fabricante de automóveis na floresta em pólo de atração turística associa-se a outra cidade imaginária, contemporânea da fantasia de Henry Ford, aquela de Walt Disney. A possibilidade do empreendimento turístico, porém, vai de encontro ao da Zona Franca de Manaus, ambos, rebotes tardios e perenes das aspirações de instaurar modernidades nas selvas, redimindo essa terra e sua gente. Paradoxalmente, os produtos e serviços idealizados por Ford, como a soja, a carne, as estradas, a indústria e a tecnologia respondem, na atualidade, pela barbárie social e ambiental em toda a região norte do Brasil. A floresta tornou-se frágil, os homens de negócios poderosos e violentos. Isto fica patente, por exemplo, no assassinato da missionária norte-americana Doroty Stang, em fevereiro de 2005, e a sinuosa tramitação na justiça para a punição de executores e mandantes do crime contra a religiosa que apoiava projetos de desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda no município de Anapu, no Pará.

Em Cuiabá, sede da Universidade Federal do Mato Grosso, nova identidade social e institucional encontra-se em gestação, desde a ressurreição do Museu Rondon, em 1981, e a criação do departamento de Antropologia, dez anos depois. A retomada de iniciativas culturais e a elaboração de políticas públicas para as comunidades indígenas, agora em parceria, diálogo e colaboração das trinta e oito etnias que vivem no estado, indica que o presente e o futuro podem abolir, na prática, o “problema indígena”, a sua invisibilidade no discurso historiográfico e a indiferença social que dominou corações e mentes, tanto na UFMT, quanto em outras instâncias governamentais e culturais no Mato Grosso.

Alternativas individuais, destinos coletivos

A Amazônia é uma região de populações em deslocamento. Nos tempos coloniais os aldeamentos agrupavam indígenas, o recrutamento e as viagens pela região mobilizavam homens, a fome, guerras e doenças acossaram moradores e a força de trabalho. Nas últimas décadas utopias generosas brotaram tanto ali, quanto no nordeste brasileiro e no cinturão industrial de grandes cidades do sudeste. Na vida política brasileira há forte apelo do individualismo dado a secular opressão social e exploração econômica da massa da população, urbana e rural, submetida a uma marginalização sistemática e a inúmeros preconceitos. Quando atentamos para este traço distintivo da vida social no Brasil, a força carismática de figuras como a de Lula e de outras lideranças de extração e identidade popular adquire maior sentido e nitidez. Os desejos de emancipação e de autonomia individual, de paz, estabilidade e segurança, pessoal e familiar, de renda, emprego e moradia, perseguem, migram e coabitam com as populações pobres em todo o Brasil.

A economia da extração de borracha natural foi uma das bombas de sucção de contingentes de mão-de-obra, inicialmente movida pela demanda comercial e, logo, também pela militar e diplomática. Estas últimas dariam sobrevida aos projetos da Fordlândia e de seu prolongamento em Belterra. O Ceará foi o estado brasileiro que contribuiu com maiores levas de trabalhadores e soldados da borracha. Na segunda metade do século XIX, o alto Solimões e os afluentes do rio Amazonas converteram-se em novos eldorados, magnetizando indivíduos e famílias para a economia extrativa nos seringais e nos serviços urbanos. Procediam de lá, cerca de metade dos mais de cinquenta mil trabalhadores atraídos para a Amazônia, muitos dos quais morreram enfrentando adversidades nas condições de vida e trabalho que encontraram. A ação dos seringalistas na expansão desta atividade resultou ainda em conflitos e disputas com as populações indígenas, não raro acompanhadas de morticínio.

A extração da borracha colocou a Amazônia no tempo do mundo, engolfando outras regiões neste processo, como ocorreu com o Ceará, desde as décadas finais do século XIX. A campanha nacionalista nos anos da Segunda Guerra dissimulou naquele estado nordestino os flagelos da seca e o estoque de mão-de-obra ali disponível, mas não motivou os trabalhadores. Estes seriam tangidos pelas perspectivas de liberdade e autonomia, como demonstrou a professora Kênia Sousa Dias, em um dos cinco ensaios que integram o livro *Mais borracha para a vitória*. Enganaram-se aqueles homens,

frente à situação de vida e trabalho, disciplinada e rigidamente controlada pelo capital mercantil, nos seringais. A conversão de sertanejos em seringueiros, de flagelados do sertão em soldados da borracha, de terra árida em selva tropical, operou a transmutação de identidades sociais que mereceriam ser estudadas, nos termos sugeridos por Laurent Vidal. As escolhas individuais apontam para destinos coletivos dessas populações migrantes em busca da melhoria de suas condições de existência.

É possível que esta confluência de tempos e ritmos de vida social na Amazônia responda por outras formas de ser, de outras identidades, ali recriadas e fecundadas. A diversidade de tradições, alianças e conflitos étnicos, culturais e sociais que se estabelecem são múltiplas e a pesquisa de Aldrin Moura de Figueiredo dedicada às manifestações religiosas na Amazônia, torna-se estimulante para a História Ambiental que parta deste ponto de observação, as diferentes relações que se manifestam em trajetórias individuais, círculos culturais, científicos e literários e discursos disciplinadores de Estado, como a polícia, a medicina e o urbanismo. Os diferentes atores históricos que comparecem na formação social e econômica da Amazônia respondem pela complexidade que as pesquisas históricas recentes revelam em profusão de temas, problemas, fontes, informações e questões metodológicas e interpretativas.

A busca e a defesa da cidadania na Amazônia convergem na trajetória de Marina Silva e permitem conhecer as transformações da sociedade civil e da política na região amazônica. Em mais de um século de incorporação sistemática da porção setentrional do Brasil ao conjunto da vida nacional e aos ditames da economia mercantil, a educação parece ter feito mais pela população local do que muitos dos projetos de colonização e exploração econômica. O significado da formação escolar e universitária de Marina Silva, no Acre, e as perspectivas nas políticas públicas destinadas às populações indígenas, na Universidade Federal de Mato Grosso, dão a medida do significado que o conhecimento pode ter na promoção e na qualificação da cidadania na região amazônica e no Brasil. As ciências, as artes, educação e tecnologia estão na raiz, por exemplo, de uma cultura de sustentabilidade e aponta uma perspectiva de futuro fundada em valores, características biofísicas e sociais, pessoas e instituições locais e regionais e não em projetos formulados em desatenção a componentes e variáveis que demonstram potenciais e complexidades desafiadoras para a imaginação política e a criatividade de gestores públicos e pesquisadores.

O exame de trajetórias individuais e coletivas sugere a necessidade de desfazer muitas das construções imaginárias e simplificadoras que homogeneizam a região

amazônica, sua gente e sua diversidade ecológica. Idéias universalizantes como as de uma “terra de índios”, do “vazio demográfico” ou desprovida de atividades econômicas parecem não resistir aos estudos que historiadoras e historiadores desenvolvem com meticulosidade e rigor analíticos, fundamentação teórica, fontes e documentação variada. O frígido de uma sociedade civil atuante, consciente das amarras sociais e da força política em gestação, perceptível na organização dos sindicatos de trabalhadores rurais, da recomposição partidária, da atuação das comunidades eclesiais de base da igreja católica, das reivindicações dos povos indígenas, da atuação das universidades e órgãos técnicos federais e estaduais, e que levou a temática ambiental já nas eleições de 1986, despontou em consonância com os tempos da sociedade brasileira e do mundo. O reconhecimento e a valorização social da tecnologia, testemunhado no apego ao rádio a pilhas, nas últimas décadas do século passado (CÉSAR: 37), e ao motor de popa, corrobora esta sintonia com os destinos coletivos, não só do Brasil, mas de toda a humanidade.

No século XXI, a Amazônia depara-se com novo processo de inserção nacional e internacional, agora como território-símbolo da imprevidência e da destruição ambiental no planeta. Sobre ela recaem atenções das diversas partes do mundo e da sociedade. O foco na diversidade das relações sociais inscritas no tempo e no espaço, nos distintos testemunhos da história, da memória coletiva, das narrativas de vida e das instituições, entre outros aspectos, constitui ampla frente de trabalho, contendo possibilidades e desafios aos historiadores do meio ambiente que, certamente, não se restringem àquele bioma, região ou sociedade em particular. O poder de atração desta região que, há tempos, exerce fascínio e curiosidade, gerando expectativas e alimentando esperanças, na gente pobre e em gente rica, não alcançaria a historiografia? A História Ambiental da Amazônia pode constituir-se, também ela, em esquina historiográfica dos estudos do meio ambiente, tanto no Brasil como fora dele. Alguns sinais já despontam em livros e pesquisas, conforme procurei demonstrar nestas linhas.

Bibliografia

- CADERNOS Adenauer. **Amazônia: avança o Brasil?** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001 (vol. 4).
- CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977.
- CÉSAR, Marília de Fernando. **Marina, a vida por uma causa.** São Paulo: Mundo Cristão, 2010.
- ESTUDOS Avançados. **Dossiê Amazônia brasileira I.** São Paulo: IEA/USP, 19(53), 2005.
- ESTUDOS Avançados. **Dossiê Amazônia brasileira II.** São Paulo: IEA/USP, 19(54), 2005.
- GONÇALVES, Adelaide & COSTA, Pedro Eymar (Org.). **Mais borracha para a vitória.** Fortaleza: MAUC/NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008.
- FAULHABER, Priscila. “A história dos institutos de pesquisa na Amazônia”, **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, 19(54): 241-257, 2005.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia, 1870-1950.** Belém: EdUFPA, 2008.
- GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva.** Trad. N. Montingelli Jr. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Museu Rondon: antropologia e indigenismo na Universidade da Selva.** Cuiabá: Entrelinhas, 2009, 334 ps..
- MEIRELLES Filho, João. **Grandes expedições científicas à Amazônia brasileira (1500-1930).** São Paulo: Metalivros, 2009.
- NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Org.). **Faces da história da Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2006.
- PRIORE, Mary Del; GOMES, Flávio (Org.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias.** Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- SAYAGO, Doris *et alli* (Org.). **Amazônia: cenas e cenários.** Brasília: UnB, 2004.
- VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico.** Trad. M. Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- ARTIGO RECEBIDO EM 02 DE DEZEMBRO DE 2010.
- ARTIGO ACEITO EM 13 DE DEZEMBRO DE 2010.